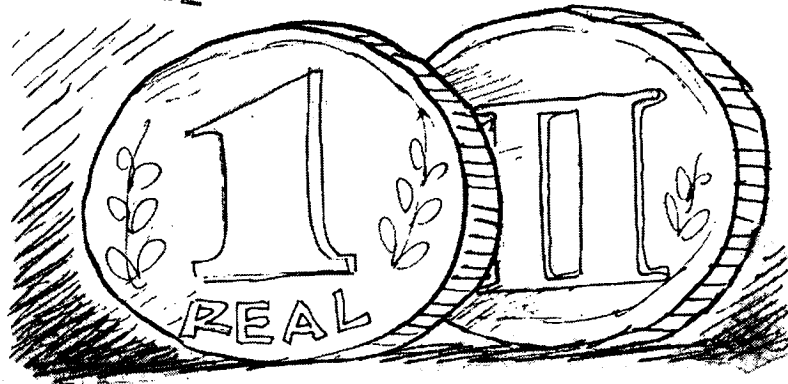


O Banco Central baixou um conjunto de medidas (mais um "pacote") destinadas a desacelerar o consumo e a propiciar maior controle sobre as flutuações do câmbio. Esse "pacote", por analogia com o Cruzado, poderia ser chamado de Real 2.

Parece que o Banco Central está vivendo a "Síndrome do Cruzado", isto é, que o aumento da demanda, decorrente da estabilização, possa levar a um cenário semelhante ao que ocorreu alguns meses após o lançamento do Plano de 1986. Naquela oportunidade, uma demanda explosiva e uma oferta que estava no limite de sua capacidade provocaram desabastecimento, ágio (porque existia congelamento) e pressões inflacionárias que levaram o governo (depois das eleições) a editar o Cruzado 2, um "pacote" de medidas que precipitou o fim do plano.

Os dados disponíveis sobre o movimento do comércio indicam crescimento significativo das vendas, que atingiu seu pico em agosto, mas que se acomodou em um patamar ainda inferior ao observado nos anos 80 e, portanto, não explosivo. Existe alguma dificuldade de suprimento em relação a alguns produtos resultante do rápido crescimento da demanda, especialmente alguns eletrodomésticos, mas a indústria procura aumentar a oferta. Apenas no caso do carro "popular" o desequilíbrio é acentuado pela distorção produzida pelo governo com a tributação, o que



ASSISTE-SE OUTRA VEZ À INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NO SETOR PRIVADO E AO SILÊNCIO EM RELAÇÃO AO SETOR PÚBLICO

não justificaria medidas que atingem todos os setores.

As pressões inflacionárias decorrentes de problemas climáticos e de elevação dos preços das matérias-primas no Exterior não parecem justificar medidas de restrições generalizadas ao consumo.

Com relação à natureza das medidas destinadas a conter o consumo, assiste-se à repetição da limitação de prazos para o crédito à pessoa física por parte das instituições financeiras, apesar das experiências anteriores mostrarem que elas provocam mais distorção e desintermediação do que redução das vendas a crédito. Além disso o Banco Central adotou medidas extremamente intervencionistas, como a proibição de as instituições financeiras concederem crédito às operadoras

de cartão de crédito e empresas de "factoring", bem como a formação de novos grupos de consórcios de eletrodomésticos.

Para completar estabeleceu um depósito compulsório de 15% sobre todos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras, medida inusitada que amplia a "cunha fiscal" que separa a rentabilidade líquida das aplicações do custo efetivo do crédito para os tomadores. Com isso, se aumentará o custo do dinheiro não apenas para o comércio e os consumidores como, também, para a produção.

Algumas consequências do "pacote" podem ser antecipadas mas outras dependerão das reações dos agentes econômicos à quebra da "mística" de um plano "sem surpresas e sem

intervenção no mercado" que vinha sendo a principal característica do Real. É difícil avaliar os efeitos de se abalar a confiança dos agentes econômicos e reintroduzir a incerteza e a insegurança na economia.

As medidas na área do crédito deverão acarretar desaceleração das vendas a prazo embora se possa esperar um nível ainda superior ao do ano passado. A grande indagação é quanto ao que vai acontecer com a oferta, tanto da produção industrial como da importação. Se a indústria e os importadores se retraírem poderá ocorrer desaceleração da oferta com perdas para produtores, consumidores e para o próprio governo, que terá menor arrecadação.

Mais uma vez assiste-se à intervenção governamental sobre o setor privado e ao silêncio em relação ao setor público, a despeito do expressivo descontrole da emissão da moeda. Como intervencionismo sempre gera mais intervenção, os agentes econômicos se perguntam o que virá depois. Apesar disso o plano deverá se agüentar sem estragos irreversíveis até a mudança de governo, desde que não se reindexe a economia.

O AUTOR

Marcel Domingos Solimeo é economista e superintendente técnico do Instituto de Economia da ACSF

